

O LIVRO TEM A AGILIDADE DE SE DIVIDIR EM DOIS: PRIMEIRO, UM RELATO DOS PERÍODOS HISTÓRICOS ANALISANDO CADA UMA DAS FASES DA POLÍTICA ECONÔMICA. DEPOIS, OS ACONTECIMENTOS POR TEMA, COM ARTIGOS A CARGO DE ECONOMISTAS QUE, ÀS VEZES, NADA TÊM EM COMUM EXCETO O FATO DE QUE FORAM PROTAGONISTAS DESTA HISTÓRIA, COMO DELFIM NETTO E GUSTAVO FRANCO.

Os organizadores — Fábio Giambiagi, André Villela, Lavínia Barros de Castro e Jennifer Hermann — conseguiram fazer um livro que é didático, para os cursos de graduação de economia, e, ao mesmo tempo, de leitura interessante para quem acompanha, informado, o desenrolar dos acontecimentos no Brasil.

O presidente Dutra montou um governo superortodoxo, que transformou o déficit orçamentário em superávit e trouxe a inflação de volta a um dígito. Isso nos primeiros anos, conta Sérgio Besserman, porque a proximidade das eleições fez com que ele afrouxasse o aperto e aumentasse os gastos.

Mas a origem da inflação como a vimos nas últimas décadas foi produzida tempos depois, nos anos dourados de JK. Essa é a opinião de Delfim Netto. “Houve um enorme descuido com a área monetária e o setor externo. Ocorria uma emissão contínua de moeda para financiar o déficit de caixa. A construção de Brasília foi um fator adicional de emissão.” Para Delfim, “a taxa de inflação começou com uma escalada moderada no início do governo JK, mais agressiva depois dos anos 60. A expansão monetária não foi a única causa do processo inflacionário, mas a mais importante”.

Gustavo Franco, vendo em perspectiva o estrago provocado por essa emissão sem lastro, diz o seguinte: “É curioso que o desenvolvimentismo brasileiro tenha conseguido preservar em torno de si a aura de projeto nacional redentor e, com isso, tenha logrado distanciar-se de alguns dos principais problemas que criou, como concentração de renda que, curiosamente, não é vista como decorrência da aplicação, durante várias décadas,

de um 'imposto único sobre os pobres' — a inflação. É extraordinário que essas culpas tenham ficado sem dono." O capítulo de Gustavo Franco se dedica a analisar o que ele chama de "auge e declínio do inflacionismo no Brasil".

Delfim, no texto sobre o meio século da economia brasileira, chega a uma conclusão taxativa com clara aplicação ao debate dos dias de hoje: "A teoria do desenvolvimento enfatiza como condição para um crescimento auto-sustentado a manutenção da estabilidade macroeconômica, a abertura ao mercado internacional e o estímulo à competição externa." E ele faz a pergunta: "Na condução da política econômica, será que os policy makers seguiram esses conselhos?" É inevitável ler com alguma ironia essa questão proposta. E ele? Será que acha que seguiu?

Regis Bonelli se faz uma das mais intrigantes perguntas feitas no país: o que causou o crescimento econômico do Brasil? Fundamental saber como reencontrar o caminho. Num artigo mais técnico, ele analisa os vários determinantes do crescimento para, num dos pontos da conclusão, avisar que a taxa de poupança aumentou muito de 1940 a 1974 para depois permanecer mais ou menos a mesma nas décadas seguintes. O principal responsável pela queda do crescimento não foi, portanto, a queda da taxa de poupança, mas o custo do investimento. Isso faz com que a mesma poupança financie cada vez menos investimento, porque ele ficou mais caro. Como resume Wilson Suzigan no prefácio, "isto o leva a concluir que, da perspectiva da produtividade, as décadas perdidas não foram os anos 80-90, mas os períodos 74-84 e 84-93".

Diferente o pensamento de Edward Amadeo e Fernando Montero. Eles acham que o Brasil tem que fazer um esforço extraordinário de aumento de poupança para conseguir financiar seu desenvolvimento no contexto atual de megassuperávits comerciais.

Rogério Studart busca o que há de errado com o financiamento do desenvolvimento brasileiro e propõe criação de mecanismos privados de financiamento de longo prazo, o que pode ser através dos investidores institucionais. Enquanto isso não vem, sugere que se evite o sobreendividamento externo, que já nos abateu algumas vezes.

Nos capítulos finais, Lauro Ramos e Rosane Mendonça tratam de pobreza e desigualdade e Sérgio Guimarães Ferreira e Fernando Veloso, de educação. Os dois capítulos se complementam. A boa notícia conhecida é que a pobreza e a extrema pobreza caíram fortemente desde o Plano Real: 8 pontos percentuais na década passada. Por outro lado, como a população continua crescendo, o Brasil tem hoje 8 milhões a mais de pobres do que tinha em 1980.

A educação é a arma para a redução do nosso mais persistente flagelo: a desigualdade. A educação teve avanços extraordinários, dizem os autores, na década passada, mas qualquer comparação com outros países é vergonhosa. Nas cinco décadas estudadas, o Brasil reduziu em 7% o analfabetismo a cada década, saindo de 50,5%, em 1950, para 13,6%, em 2000; mesmo assim, tem um percentual muito maior de analfabetos que o Chile e a Argentina. Na outra ponta, a matrícula no ensino superior cresceu 12%, de 80 a 90, e 75%, de 90 a 2000. Avanços existem, mas há uma enorme tarefa a executar.